



Câmara dos Deputados

**REQUERIMENTO Nº \_\_\_\_\_ de 2003.**  
**(Do Sr. Átila Lins)**

Solicita que sejam convidados o **Sr. Márcio Thomaz Bastos, Ministro da Justiça**, e o **Sr. José Viegas Filho, Ministro da Defesa**, para participarem de reunião de Audiência Pública nesta Comissão, em data a ser agendada, com o objetivo de discutir a atuação do narcotráfico na Região Amazônica e as ações para combatê-lo.

**Senhor Presidente,**

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos regimentais, que, ouvido o Plenário, se digne tomar as providências necessárias para que sejam convidados o Sr. Márcio Thomaz Bastos, Ministro da Justiça, e o Sr. José Viegas Filho, Ministro da Defesa, para reunião de **Audiência Pública** nesta Comissão, com o objetivo de discutir a atuação do narcotráfico na Região Amazônica e as ações empreendidas para combatê-lo.

**JUSTIFICATIVA**

A expansão das atividades do narcotráfico e o espraioamento de sua área de atuação estão assumindo proporções assustadoras para a sociedade brasileira, constituindo mais uma séria preocupação nas zonas de fronteiras para conter a entrada de drogas e armas em nosso País.



Câmara dos Deputados

A Região Amazônica possui 11 mil quilômetros de fronteira terrestre e 1.620 quilômetros de litoral, representando uma área de difícil patrulhamento em função de sua enorme extensão e da pouca presença do Estado, evidenciada pelas grandes distâncias entre os pelotões de fronteira que, em alguns casos, estão separados por mais de mil quilômetros um do outro. Esta situação é agravada pela existência de grandes rotas do tráfico que adentram a região, com estreitas conexões com a Colômbia. Há também rotas oriundas da Bolívia, Peru, Guiana e Suriname.

Entendemos que o combate ao narcotráfico deverá ter um braço forte na Amazônia, estancando o abastecimento dos traficantes dos morros e favelas dos centros urbanos através do bloqueio das rotas e repressão às quadrilhas que atuam permeando as nossas fronteiras.

Por estas razões, gostaríamos de ouvir o Ministério da Defesa, que é responsável pela manutenção das fronteiras e gestão do complexo operacional Sipam/Sivam – importante ferramenta de acompanhamento das ações humanas na Amazônia – e o Ministério da Justiça, que é responsável pela segurança pública e pelo combate ao tráfico.

Sala da Comissão,      de março de 2003.

**Deputado Átila Lins**